

Conclusão

Em “Philosophy and the oddball” Rorty escreve que a necessidade de afirmar a própria existência, de inventar o *self* ao invés de vivenciar um papel em meio às formas ordinárias de vida, é o que faz as pessoas (principalmente aquelas que chamamos de filósofos) pararem de se utilizar da linguagem comum e recorrerem a um vocabulário específico e restrito. Rorty segue dizendo que aqueles que perfilham essa postura, a de abandonar a linguagem corriqueira, se tornam “estranhos”. Ao assumirem um novo ponto de vista, filósofos são capazes de transparecer que são deuses e que os demais estão aprisionados em um plano de vida inferior.¹

Ao abrir mão desse papel imposto não só aos filósofos, mas a tantos outros acadêmicos das humanidades, Dewey pôde se aproximar dos questionamentos das pessoas comuns e erigir sua obra com base nessas angústias. Dessa forma, pôde explorar suas relações com as variadas esferas da vida – política, econômica, social, financeira, em seus âmbitos regional, nacional, global etc. – e imaginar possibilidades de lidar com elas; imaginar hipóteses a partir das experiências humanas contextualizadas e procurar demonstrar a importância de se esmiuçar o formato que essas possibilidades tomariam, a partir de escolhas e definições estipuladas a cada passo, num permanente diálogo com suas consequências, até que, sem um momento ou marco específico, tais pretensões se notem materializadas e institucionalizadas, num processo em que cada etapa, ainda que indistinguível, assumiu ao mesmo tempo a tarefa de pensar a melhor forma de concretizar o ideal imaginado no princípio e a de concretizá-lo.

Dewey procurou trazer uma nova perspectiva acerca do papel da filosofia e da compreensão do ser humano. No capítulo 1, vimos que, ao propor a superação dos antigos dualismos filosóficos gregos como “aparência x realidade”, alerta para o fato de que não há uma eternidade pré-determinada, mas um presente sendo construído, sob a influência do passado, que resultará num futuro cujo tom

¹ RORTY, Richard. *The philosophy of an oddball*. The New Republic; Jun 19, 1989; 200, 25, pp. 38-41.

será delineado pelos atos, sentimentos e pensamentos dos seres humanos. Partindo da premissa de que o mundo e as relações que se dão nele não obedecem a uma “causa primeira” ou a um “fundamento último”, e ressaltando a contingência que qualifica o mundo e as relações que tomam lugar nele, Dewey afirma que o ser humano pode adotar um papel decisivo na interação com seu entorno; e que, a partir disso, nossa atenção deve se voltar à busca das formas mais interessantes através das quais isso pode ser feito. A noção de “fins fixos” cede, assim, lugar à de “fins-em-vista”, segundo a qual o ideal a que se aspira (já desvinculado de um “ideal absoluto”) se desnuda em etapas estipuladas para seu alcance.

Segundo o pragmatista, ao falar sobre democracia devemos nos perguntar: a que necessidades este arranjo social específico busca atender e que efeito ele apresenta àqueles nele envolvidos? Ao ignorarem questionamentos como estes e permanecerem emperradas em generalidades conceituais, muitas discussões sobre problemas sociais são desperdício de energia.

Portanto, uma grande contribuição de Dewey à democracia é ter nos livrado da pesada carga da necessidade de fundamentar nossa opção por ela. Ao não só defender que não nos preocupemos em investigar por quê, em última instância, a democracia deve ser a nossa escolha, mas ainda ao desestimular essa linha de raciocínio, Dewey poupa esforços e desgaste à teoria democrática. Em séculos anteriores a civilização ocidental se dedicava a fundamentar a idéia de democracia na concepção de que encarnava a vontade de Deus; era projeto da Razão; ou representava ao que o ser humano intrinsecamente aspirava retiradas as influências daninhas impregnadas pela vida em sociedade. Hoje, muitos de nossos contemporâneos defendem, tão efusivamente quanto seus ancestrais, a idéia de que a democracia se fundamenta na “garantia dos direitos humanos” ou numa releitura do direito natural; e se dedicam, por conseguinte, às (*naturalmente*) intermináveis discussões a respeito de “o que seriam os direitos humanos” ou “o que caracteriza os direitos naturais”. Dewey nos livra de necessidade de realizar algo que é irrealizável e, em seu lugar, sugere que nos dediquemos mais a pensar em tornar, em cada momento, o que é desejável, realizável.

A experiência se liberta do aprisionamento do dualismo “sentidos x razão” e adquire o contorno de ajuste adaptativo surgido do resultado da interação criatura viva e ambiente, potencialmente um experimento projetado em direção a um fim-em-vista, ajuste esse entre o novo e o velho potencialmente sugerido pela

imaginação. Vimos ainda a preocupação social de Dewey quando, na tentativa de escapar da dualidade “consciente x inconsciente”, ou seja, de se valorizar a criatividade do agente ao mesmo tempo em que se rejeita a idéia de uma razão universal determinante da conduta humana, Dewey nos brinda com o conceito de hábito, disposição que atua abaixo da consciência e influencia nossas ações, pensamentos e sentimentos. O destaque é que, se o hábito influencia a conduta, ao mesmo tempo ele é condicionado pelo meio social; a consciência disto transforma o hábito em mecanismo de reforma social.

No capítulo 2, analisamos os compromissos do pragmatismo com a política. Vimos que Dewey procurou poupar o pensamento político do véu imposto pelas considerações metafísicas e outras impassíveis de confirmação. Com isso, o surgimento da forma de governo que denominamos democracia é vista não como caminho natural para os governos do mundo, mas como arranjo institucional a que determinados contextos sociais acabaram por conduzir na esfera política.

Em seguida, analisamos a teoria política de Dewey, que está baseada no seguinte raciocínio: a vida em conjunto gera atos que podem repercutir indiretamente em várias pessoas. Quando se atestou que algumas dessas conseqüências eram bem-vindas e outras eram prejudiciais, a conclusão foi a de que seria interessante que se criasse uma organização que estimulasse as condutas desejáveis e desincentivasse as que afetassem negativamente a coletividade: eis o Estado. A perspectiva pragmatista aponta que, ao invés de nos debruçarmos sobre o estudo da natureza e fundamento do público e do Estado, é mais frutífero que procuremos nos aprofundar a respeito das formas específicas através das quais as associações humanas acontecem; algo a ser feito permanentemente, visto que tais arranjos não correspondem a uma resposta única a respeito da organização política das sociedades, mas se apresentarão em diferentes roupagens. Vimos ainda que o problema de se atribuir uma resposta única à pergunta “como o Estado se organiza?” é que, transpondo as peculiaridades locais, culturais, temporais e de outras sortes, jazem encobertas questões específicas que demandariam reformas sociais e arranjos institucionais diversos daqueles propiciados a priori. Assim, transpor modelos políticos de Estados preocupados com a afirmação de direitos individuais em que a miséria não é um problema crucial para outras realidades de profunda pobreza é ignorar este problema e se dedicar à criação de instituições

inadequadas que não correspondem às práticas sociais e necessidades mais latentes desta população.

O capítulo segundo mostrou ainda o protagonismo da comunicação no vocabulário de Dewey quando o autor escreve sobre filosofia política. Para ele, “a democracia é mais que uma forma de governo, é primariamente uma forma de vida associativa, de experiência conjunta comunicada.

A participação na comunidade, impulsionada pelo estímulo à comunicação, tem sua importância abrigada na possibilidade de propiciar uma experiência mais diversa e enriquecedora para todos os membros da comunidade. Com Darwin, Dewey assume a diversidade como valor e acredita que uma grande pluralidade de experiências individuais propiciaria uma maior pluralidade de ajustes indivíduo/sociedade, permitindo que novas idéias e arranjos institucionais fossem gerados, testados e incorporados à sociedade com grande frequência. Dewey diz que a democracia incentiva no indivíduo e na sociedade a criatividade e a imaginação. Ao estimular a variedade de interações, o aumento dos pontos de contato entre os cidadãos, a disseminação de diferentes formas de vida, o modo de vida democrático convida o novo a se manifestar, permite que a convivência em sociedade se beneficie daquilo que, eventualmente, a contingência das relações sociais acabou por gerar e se revelar útil e desejável. Novos arranjos sociais e novas posturas individuais se inserem na vida humana, num ritmo que, de tempos em tempos, sugere que um conjunto absurdo de intuições e formas de implementação adquira teor de genialidade.

Estudar a democracia numa plataforma pragmatista é sinônimo de investigar as condições materiais que a propiciaram. Considerando isso, examinamos neste trabalho os movimentos conhecidos como individualismo e liberalismo. O individualismo teria nascido como suporte para a doutrina de que o indivíduo se opõe à sociedade e tem primazia sobre o Estado, num contexto de procurar restringir a esfera de ingerência do Estado nas vidas dos particulares. Nesse cenário, forjou-se a figura de indivíduo como aquele merecedor de proteções de alta conta. Num segundo momento, os já naturalizados conceitos de indivíduo e de liberdade se prestaram ao movimento burguês que demandava uma menor ingerência do Estado nas produções industriais e transações comerciais. Assim, o abandono da historicidade pelos movimentos do liberalismo e do

individualismo acabou por torná-los roupagens de grupos econômicos interessados na manutenção do *status quo*.

Vale ressaltar, no entanto, o valor do ideal do liberalismo, segundo Dewey: a democracia, ao privilegiar a diversidade como valor e incentivar a geração do novo, possibilita que ele venha a se expressar. A experiência democrática, após os acontecimentos que povoaram sua vida política, acabou por institucionalizar a criação de uma categoria que perfilha a reunião de posicionamentos políticos semelhantes que conquistaram a atenção de grande parte da sociedade em que se inserem: o liberalismo. Sob esse rótulo, identificamos iniciativas políticas que transformaram conjuntos de idéias à primeira vista absurdos, e em um segundo momento atordoantes, em causas dignas de lutas sociais legítimas e modificadoras de formas de vida. Segundo Dewey, o ideal do liberalismo, apesar de ter sido enviesado conforme mencionado em parágrafo acima, permanece válido nesta ótica.

Para Dewey, a liberdade se relaciona com eficiência na ação, condições materiais para levar adiante planos, cujas causas e conseqüências devem ser produto de reflexão cuidadosa, capacidade para variar planos e experimentar novidades. Assim, a liberdade, para Dewey, tem como requisito a gradual equalização das condições sociais e somente pode ser analisada adequadamente se colocada ao lado da distribuição de poder da sociedade da qual se está tratando.

Vimos ainda que uma das instituições sociais em que Dewey mais depositava esperanças quando tratava de reforma social era a escola, já que ela seria capaz de estimular a disseminação de formas de vida democráticas. O capítulo 3 trouxe essa discussão à tona. Segundo o estadunidense, o valor da educação consiste em suscitar o desejo contínuo pelo aprendizado; dessa forma, desenvolvimento ou crescimento só é relativo a mais desenvolvimento ou crescimento, a educação somente se subordina à própria educação.

A educação democrática de Dewey não se limitava a apresentar o ideal democrático às crianças e jovens; falar sobre educação democrática para o autor significava também falar sobre empoderamento, sobre reduzir a distância entre a teoria e a prática quando se reconhecia que ideais estavam em jogo, sobre a idéia de que ferramentas podem ser forjadas e postas em ação para que tais ideais sejam concretizados, sobre transformar o conformismo em crítica e a crítica em responsabilidade pela (re)construção de instituições sociais. Nas palavras do

pragmatista: “Educação é uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subseqüentes.”² Nesse caso, e somente nele, as escolas estariam atendendo ao chamado da democracia. É um fato que a educação, por si, não será capaz de provocar a mudança social a que Dewey e muitos de nós aspiramos, mas tão verdadeira quanto essa é a idéia de que, desmerecendo a educação, perdemos um valioso aliado em potencial.

Como o próprio Dewey admitiu, apostar todas as fichas da reforma social na educação seria uma opção ruim. Do ímpeto ingênuo de Dewey em relação à pedagogia de fins do século XIX até o amadurecimento do pensamento do autor, ao fim da primeira metade do século XX, aprendemos com o pragmatista que a reforma social não adviria de modo quase automático através do redirecionamento das práticas de ensino. No entanto, não podemos deixar de lado a noção de que, mesmo que incapaz de forjar o cidadão democrático, a escola ainda assim é uma das instituições públicas que mais fortemente incentivam e desmerecem certas práticas, ideais, objetivos de vida, hábitos.

Uma vez que para Dewey o conhecimento decorre da associação e da comunicação, há um vasto acervo produzido pela humanidade. A inteligência social é a utilização desse acervo de forma a realizar a engenharia social: isso quer dizer que, ainda que seja inestimável o valor da liberdade de expressão no que toca à produção e divulgação desse acervo, Dewey vai além e afirma que é necessário que se estudem os problemas sociais e se criem planejamentos que dêem conta deles. Nesse contexto, Dewey sugere uma reforma social radical.

Tal processo de investigação dos problemas e sugestão de soluções se dá por meio de uma dinâmica de experimentalismo social. Vimos que, ao propor a reforma social, Dewey dizia mais do que “pensemos nos meios para a realização dos ideais”. Dizia que pensar ideais implica pensar as instituições que os concretizarão, as práticas que os manifestarão, os agentes, públicos ou privados, que por sua efetivação serão responsabilizados. Não exercer essa segunda tarefa é deixar pela metade o trabalho de gradual incorporação da democracia na sociedade. Dessa forma, implementar a reforma social implica uma tarefa

² DEWEY, John. *Democracia e educação*, ob. cit., p. 83.

programática: significa imaginar, a cada momento, o passo a ser dado e, a partir do impacto social dessa medida, planejar o passo seguinte e efetuar-lo.

Por isso a filosofia se relacionaria com a imaginação e o significado, com a projeção de ideais para alcançar um futuro mais desejável. Dewey reconheceu a importância do comprometimento com ideais, com projeções imaginativas para um futuro melhor aliadas à concretude dos fatos e condições da vida.

Vimos ainda que o pragmatista, uma vez que abre mão dos fundamentos absolutos, justifica a democracia afirmando que acredita que ela é a melhor forma de vida. E por que defendê-la? Porque, diz Dewey, ela é a única forma de vida que crê no processo da experiência como fim e como meio; e o autor crê que esse é um ideal ao qual vale se dedicar. Um dos aspectos da democracia para Dewey é representar um ideal, por isso mobilizador de forças rumo ao seu atingimento.

Nessa linha, para Dewey a democracia é uma forma de vida. É uma forma de vida individual, significa a posse e o contínuo uso de certas atitudes que formam o caráter pessoal e determinam o desejo e o propósito em todas as relações de vida. Cabe acrescentar que uma visão de mundo que comporta suas contingências implica que as conseqüências dos atos individuais sejam antecipadas e que se arque com elas; num mundo onde o futuro ainda não está definido, o poder de construí-lo traz consigo a responsabilidade no campo moral.

Dewey nos apresenta a uma democracia participativa cujos cidadãos, em comunidade, estão unidos menos por interesses homogêneos e mais pela educação; e cujas atitudes democráticas e instituições participativas, não a natureza humana ou o altruísmo, os tornam capazes de articular propósitos e ações em comum.³ Na seara da política, a democracia é a forma de governo, dentre as que conhecemos, que em maior alcance permite que as experiências sejam enriquecidas, uma vez que:

1) por meio da liberdade de expressão, permite que formas diversas de experiência sejam comunicadas àqueles que, de outra forma, não teriam acesso a elas, ou seja, reconhece o valor do indivíduo e defende que haja cada vez mais oportunidades para a liberação de capacidades;

³ BARBER, Benjamin R. , ob. cit., p. 117.

2) reconhece a importância da interação dos indivíduos para que as experiências plurais sejam vividas e comunicadas, protegendo espaços para que essas interações ocorram de forma satisfatória aos indivíduos;

3) considerando as mudanças constantes da sociedade, permite que outra forma de governo que atenda a novos anseios sociais criativamente se desenvolva e se instale;

4) sugere que o potencial da inteligência social e do poder da defesa de um ideal, por meio da educação e de reformas sociais, sejam utilizados e direcionados para um modelo social e político que atenda às vontades e desejos das pessoas reunidas em comunidade.

O capítulo 4 permitiu que estabelecêssemos um diálogo entre a leitura de Dewey sobre democracia, analisada até então no trabalho, e a forma como autores contemporâneos que assumem a influência do pragmatista lidam com a democracia contemporaneamente.

Dewey é acusado de não ser genuinamente radical, ou seja, não apresentar, de fato, uma proposta que apontasse à sociedade os caminhos para que seu ideal de democracia como forma de vida florescesse, por dois motivos: (1) desmerecimento das relações de poder em sua teoria e (2) crença no método científico como ferramenta para resolver problemas sociais.

Vale dizer, em relação à primeira crítica, que, ainda que Dewey não estivesse alheio à dinâmica de poder que se dá implicitamente na sociedade, o autor teria dado um passo interessante em sua teoria caso houvesse procurado se aproximar mais desse debate.

Sobre a segunda crítica, dissemos: a presença marcante no vocabulário de Dewey da ideia de “método científico” (ainda que compreensível por conta dos encantos que, à sua época, a tecnologia oferecia) impediu que o autor reconhecesse que somos menos condutores dessa reforma social do que gostaríamos e/ou pensávamos que éramos. Ironicamente, se por um lado o pragmatista reforça a necessidade de levarmos em consideração a presença das contingências, da dúvida e da incerteza quando apresenta sua reconstrução da filosofia, por outro parece cair na tentação da necessidade de certeza ao atribuir ao método científico a geração das soluções para os problemas sociais. Seja por conta das relações de poder ocultas pela dinâmica social, seja por conta da diluição dos parâmetros de previsibilidade do método científico, a questão é que o

público é menos direcionador da construção da realidade social do que pensava Dewey. Ao mesmo tempo, o grande valor da noção de método científico atrelada à democracia se associa à idéia de engenharia social: a distância entre o ideal democrático e as práticas sociais é traduzível em percursos menos abstratos, que encontram no confronto com sua implementação o referencial para o próximo fim a ser buscado.

Esse cenário aponta perspectivas para interessantes estudos futuros. A filosofia pragmatista política e social de John Dewey está inserida na realidade estadunidense, principalmente da primeira metade do século XX. Considerando a simpatia pela literatura pragmatista, somos levados quase por ímpeto à questão de como pensar a realidade de *nosso* País à luz das idéias deste trabalho. Isso seria uma tarefa desafiadora, por conta de todas as diferenças que separam a nossa realidade da que serviu de cenário às obras de Dewey. No entanto, é um esforço que precisa ser feito de forma a mantermos coerência com tudo o que foi dito aqui. Tendo isso em vista, os próximos passos inspiradores de futuras pesquisas poderão se concentrar na seguinte questão: de que forma o que aprendemos com John Dewey e está relacionado nesta conclusão permite que o debate sobre democracia no Brasil contemporâneo seja incrementado?

De que forma, contemporaneamente, seria possível conciliar a exigência e o desejo de direcionamento social – traduzido, por exemplo, por meio de exigências como educação de maior qualidade e menor desigualdade social – num quadro de instituições políticas não confiáveis, como observado entre nós? É interessante observar que a Constituição Brasileira traz em si um rol de objetivos que, traduzidos para o vocabulário de Dewey, poderiam ser denominados fins-em-vista sociais. De que forma tais fins encontrariam o diálogo com a prática no Brasil contemporâneo de instituições esquizofrênicas, construídas para tais fins, no entanto funcionando de acordo com lógicas diversas? É possível adequar o processo de institucionalização de fins sociais à lógica de pessoalidade e paternalismo que funda e permeia a sociedade brasileira? Parece-nos que, dado o contexto sócio-cultural brasileiro, faltam-nos instituições voltadas e forjadas para o combate de nossos problemas sociais mais latentes. É preciso aprender a lição de Dewey de que copiar modelos de arranjos políticos gerados em contextos diferentes é uma prática que deve ser deixada de lado e, em seu lugar, o cenário

social do povo em questão deve ser analisado, estudado e confrontado especificamente.

Já sabemos que Dewey defende que a democracia seja institucionalizada, não fundamentada. O capítulo 4 nos mostrou ainda, no entanto, que essa oposição é mais uma que pode ser diluída. Aproximamos-nos dos escritos sobre Richard Rorty (assumido discípulo de Dewey) sobre política e democracia e notamos que, diante da tentação de escorregar no fundacionismo, o autor se torna tímido em relação à institucionalização da democracia. Nesse quadro, ao abrir mão de certos temas, acaba por apresentar um enfrentamento da democracia menos interessante que aquele apresentado por Dewey. O pragmatista clássico parece apresentar menos preocupação em cair na tentação fundacionista, diante da vontade de apresentar propostas que viabilizem a materialização do ideal democrático em inúmeros aspectos da vida em conjunto.

Um exemplo disso é o tratamento que Dewey concede ao público. Em “The Public and its Problems”, o autor sugere que é necessário que se defina o que é o público e oferece uma caracterização para o que ele seria: diz que o vemos sempre que as conseqüências da vida em conjunto repercutam indiretamente sobre pessoas que não seus destinatários imaginados a princípio. Ao sugerir esta categoria, Dewey oferece um ponto de partida para que pensemos sobre quais pautas devem ingressar na agenda social e quais devem ser excluídas dela. Nesse caso, Dewey não está fundamentando uma idéia, mas está delineando seus contornos de forma a instrumentalizá-la em prol do ideal democrático. A verdade é que, como dito no capítulo 4, as fronteiras entre fundamentar a democracia e explicá-la para institucionalizá-la são estreitas; mas Dewey não se apavora diante da possibilidade de se inserir nessa gradação quando o fim é a garantia do ideal democrático. Por esses motivos, defendemos que o olhar de Dewey a respeito da democracia parece-nos mais interessante que o de Rorty.

Dito isso, Dewey nos deixa duas grandes lições. O futuro é incerto, está em aberto. Diante desse fato, a esperança em atingir melhorias nos níveis de bem-estar da sociedade se tornam diretamente proporcionais aos esforços sociais rumo a isso. A reflexão acerca do “próximo passo” para a institucionalização do ideal democrático, incutidas aí as reflexões destacadas nesta conclusão, é o que deve guiar constantemente as políticas dos agentes públicos. Afinal, como Dewey afirmou: “Não faz parte da minha tarefa desenhar em detalhes um programa para

o liberalismo renascente. Mas a pergunta ‘o que deve ser feito’ não pode ser ignorada.”⁴

⁴ “It is no part of my task to outline in detail a program for nascent liberalism. But the question of ‘what is to be done’ cannot be ignored.” (DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 91).